

EVANILDO BECHARA E AS FASES HISTÓRICAS
DA LÍNGUA PORTUGUESA

Rosalvo do Valle
UFF, LLP

Dentre os muitos assuntos linguísticos de que vem tratando o Acadêmico Professor Evanildo Cavalcante Bechara, a periodização da história da língua portuguesa tem sido objeto de estudo e de reflexão desde suas primeiras publicações, ainda no verdor de seus vinte e poucos anos. Em 3 de fevereiro de 1952, publicou no *Jornal do Comércio*, o artigo *As fases históricas do português na Sintaxe Histórica de A.E. da Silva Dias*, reproduzido em 54, nos *Primeiros Ensaios sobre a Língua Portuguesa*. (Bechara, 1954: 133-146)

Com a leitura assídua dos melhores autores daquele rico momento dos estudos então ditos filológicos, e, sobretudo, com a sábia orientação de seu eminente Mestre Said Ali, Evanildo Bechara inicia o artigo, levantando uma questão que continuará discutidíssima e dependerá dos critérios do linguista histórico:

Não existe ainda uma delimitação geralmente aceita dos períodos literários em que se acha dividida a nossa língua, desde os seus primórdios até o momento atual. O fato constitui até uma tarefa assaz difícil para o linguista, porque não se pode determinar com precisão a época do nascer e morrer de fenômenos de linguagem. (Bechara, 1954: 133)

É a lição do mestre, bem assimilada pelo discípulo, atento ao famoso prefácio da Lexeologia, em que diz Said Ali:

Limites entre os diversos períodos não podem ser traçados com rigor. Alterações linguísticas não dependem do calendário, nem do ano em que o século acaba ou começa [...]. Ignora-se a data ou momento exato do aparecimento de qualquer alteração linguística. Neste ponto nunca será a linguagem escrita, dada a sua tendência conservadora, espelho fiel do que se passa na linguagem falada. (Ali, 1971: 8)

Esse texto de 1921 — sete anos antes do nascimento do nosso homenageado — motivaria o jovem estudioso da língua, que aprendeu, no convívio com o mestre,

a estudá-la em seu desenvolvimento histórico. E o levaria a perscrutar na sempre louvada *Sintaxe Histórica* de Epifânio Dias, uma das obras de sua predileção, as fases históricas da língua. Perscrutar é bem o termo, no sentido etimológico de “investigar minuciosamente”, “procurar cuidadosamente” (lat. *perscrutare*). É que o grande latinista e arguto sintaticista não formalizou na obra uma proposta de periodização, ou, como diz Bechara, “nunca a explicitou organicamente”.

De qualquer forma, Bechara pôde depreender três fases ou períodos: a) *período arcaico* (que, no dizer de Epifânio Dias, “Vai até cerca dos fins da primeira metade do século XVI”); b) *português arcaico médio* (séc. XVI-XVIII); c) *português moderno* (do séc. XVIII ou XIX-XX).

Ressalte-se que Evanildo Bechara, antes de se deter no objeto de seu artigo, relaciona algumas propostas, anteriores e posteriores à publicação da *Sintaxe Histórica* — um comportamento metodológico muito seu, que lhe dá instrumentos de confronto, com o aval dos mestres.

Ressalte-se, mais que isso, a leitura exaustiva, a pesquisa pessoal com o registro de todas as ocorrências de itens discutíveis (como a difícil interpretação de português arcaico médio) para cujo entendimento não falta a crítica objetiva do fato, preservada, contudo, a figura do autor — atitude constante nos seus juízos.

Um exemplo, apenas:

Infelizmente, o trabalho nasceu sob luz desfavorável, com a morte de seu autor, que não conseguiu expurgar a sua produção dos defeitos materiais que hoje, nas duas edições, se apresentam. Qualquer crítica à *Sintaxe*, portanto, fica sujeita, em muitos lugares, a fazer injustiça ao espírito seguro e equilibrado do erudito português: este trabalho é um esboço de um grande empreendimento que Epifânio não chegou a concluir. (Bechara, 1954: 137)

A segunda abordagem, de 1962 — “As fases históricas da língua portuguesa” — é, digamos, incidental, porque inserida num contexto em que o autor, na verdade, quer focalizar a posição inovadora de Said Ali na época hegemônica dos estudos diacrônicos com fundamentação neogramatical. É o item VII. 2 da tese *M. Said Ali e sua contribuição para a filologia portuguesa*, para concorrer a uma cátedra de Língua e Literatura do Instituto de Educação do Estado da Guanabara.

Bechara examina a proposta de Said Ali, que considera “excelente” (p. 56), e transcreve longo trecho do já referido prólogo da *Lexeologia* (1.^a edição, páginas IV e V) — não sem antes, enfatizar que é uma “divisão mais completa,

injustamente pouco aproveitada pelos que posteriormente trataram do assunto”. (Bechara, 1962: 57).

A proposta de Said Ali, extraída do prólogo, é a seguinte: *português antigo*: “que se escreveu até os primeiros anos do século XVI”; *português moderno*: quinhentista, seiscentista e setecentista; e *português hodierno*: “mudanças características do falar atual creadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que por ventura remontam ao século XVIII”. (Ali, 1971: 9)

A terceira abordagem, de 1985, é, compreensivelmente, o trabalho mais extenso, e mais denso. É a tese de concurso para Professor Titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense: *As fases históricas da língua portuguesa. Tentativa de proposta de nova periodização*.

O Professor Evanildo Bechara tem agora mais trinta e três anos, de idade e de sabedoria, senhor de impressionante leitura especializada, e rigorosamente em dia com as publicações linguísticas e filológicas. Na tese, de 94 páginas mimeografadas, seleciona e examina, no primeiro capítulo, oito propostas de periodização desde o século XVIII (de Antônio das Neves Pereira) até o século XX (de Paul Teyssier) — sem esquecer uma referência a dois gramáticos do século XVI, Fernão de Oliveira e, sobretudo, Duarte Nunes de Leão, este sim o primeiro historiador da nossa língua, com a obra pioneira Origem da Língua Portuguesa. Citou os gramáticos e não esqueceu os escritores, que, atentos às mudanças, “e bem mais observadores dos usos linguísticos e suas variedades”, registram variedades sincrônicas e variedades diacrônicas.

No segundo capítulo, apresenta sua “tentativa de uma nova proposta” (Bechara, 1985: 49), que é a seguinte: a) fase *arcaica* (do século XIII ao final do XIV); b) fase *arcaica média* (do séc. XV à 1.ª metade do séc. XVI); c) fase moderna (da 2.ª metade do séc. XVI ao final do século XVIII); d) fase *contemporânea* (do século XVIII para cá). Sobre a última faz esta prudente afirmação:

A denominação contemporâneo não significa de modo algum, que novos fatos linguísticos não se estão esboçando hoje para a constituição e caracterização do português atual ou moderníssimo. Entretanto, ainda todos nós nos achamos muito próximos dessas novidades para poder contempla-las com segurança. Eis uma tarefa para o futuro historiador da língua portuguesa. (Bechara, 1985: 68)

Quanto a critérios metodológicos, Bechara toma “como pontos de referência fenômenos linguísticos balizadores”, privilegiando “fatos morfológicos e sintáticos”; guia-se “fundamentalmente pela frequência relativa do emprego da

forma linguística eleita como baliza, sem deixar de levar em conta a evidência da variedade diafásica para caracterizar um gênero literário ou determinados tipos de personagens de obras literárias (Bechara, 1985: 49). E relembra a advertência de Said Ali quanto à cronologia das alterações linguísticas, naturalmente para frisar que seus limites temporais são relativos.

Antes de ressaltar as contribuições de sua proposta, cabe registrar que Evanildo Bechara publicou na Europa em 1991, o artigo *As fases da língua portuguesa escrita*, de que nos dá notícia a Prof^a. Ana Maria Martins, da Faculdade de Letras e do Centro de Linguística de Lisboa, no artigo *Mudança Sintática e História da Língua Portuguesa*, publicado em 2002. A autora registra “as mais relevantes propostas de periodização da história da língua portuguesa apresentadas entre 1911, por José Leite de Vasconcelos e 1991, por E. Bechara. São as de Leite de Vasconcelos, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Manuel Said Ali, Pilar Vázquez Cuesta, Luís Filipe Lindley Cintra e Evanildo Bechara. (Martins, 2002: 265-267)

Afinal, o não acolhimento da proposta de Said Ali, tão lamentado por Bechara, também na tese de 1985 (“não foi levada em consideração, nem em Portugal, nem no Brasil” – pág. 70), desfaz-se agora; e, para orgulho ainda maior do discípulo, é posta ao lado da sua.

Mas, voltemos à tese, nos dez minutos que nos restam.

Ao tratar, num texto recente, do aqui referido artigo sobre a *Sintaxe histórica*, Ricardo Cavaliere diz que, com ele, Bechara ingressa na indigesta matéria da periodização do português como língua de cultura (Cavaliere, 2008: 92). Por prudência, ou por estratégia, deixei esta referência para o final, para dizer que o autor a empregaria com ainda maior propriedade, se falasse da subdivisão do extenso período arcaico (séc. XIII ao XVI) em dois subperíodos, como propôs a respeitabilíssima D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos: “o período Trovadoresco até 1350; e o da prosa histórica verdadeiramente nacional: o das *Crônicas* de Fernão Lopes, da Ingenuamente linda *Crônica do Condestável* D. Nunálvares Pereira e da do Infante Santo, o sacrificado de Tânger”. (Bechara, 1985: 33)

Aqui a “indigesta matéria” provocou a *Introdução* da tese de Bechara, um tanto à moda de exórdio *ex abrupto*, ao discordar, logo no início de Paul Teyssier, que, na *História da língua portuguesa*, síntese magistral (como, aliás, reconhece o próprio Bechara), estuda em capítulos independentes “O galego-português (de 1200 a aproximadamente 1350)” e O “português europeu (do século XIV aos nossos dias)” — como se considerasse um galego-português à parte da tradicional compreensão de que o português histórico envolve toda a documentação remanescente, a partir do século XIII.

Que não se trata de bizantinice, prova-o a imensa bibliografia especializada. Repito, transcrevendo-me, que Bechara reconhece que é um “árduo e pedregoso caminho”, esse de divergências de língua nos inícios da fase arcaica. Ainda assim, relaciona, com a maioria dos especialistas, alguns fatos tipicamente portugueses e fatos tipicamente galegos, advertindo, porém, que muitos “concorreram no mesmo texto dessa fase primitiva”. Só “um profundo estudo da frequência de determinados fatos” é que “vai decidir a procedência galega ou portuguesa dessa unidade entendida por galego-português”. (Bechara, 1985: 51-52)

Sua posição não é, pois, a de Paul Teyssier e assim se formaliza:

Prefiro submeter ao critério de periodização todo o momento histórico em que, falando, ou escrevendo através de textos literários ou não, se utilizou a língua portuguesa, quer na fase dessa realidade complexa — mas organicamente unitária do ponto de vista linguístico e representativa de uma unidade espiritual e cultural — que tem por base os falares da Galiza e do Norte de Portugal, quer no período em que, desgarrada politicamente do galego, a nossa língua prosseguiu sua trajetória até nossos dias. (Bechara, 1985:6)

Teyssier, mesmo dentro do seu “português europeu”, prefere “isolar, na evolução histórica, vários eixos que permitam ordenar, esclarecer e melhor compreender os fenômenos linguísticos”. (Bechara, 1985: 5. cf. Teyssier, 1982: 35-36)

Entendo que mais digestível ou mais digerível — de qualquer modo mais útil e eficaz — expor os fatos característicos de cada sincronia (períodos, ou fases, ou épocas), com documentação segura colhida nos textos de época, literários ou não-literários, e nas informações dos especialistas (gramáticos, ortógrafos, lexicógrafos, filólogos...) — para, um juízo mais seguro da história da língua.

Com a visão, já agora consagrada na formulação de Eugênio Coseriu, de que a língua funciona sincronicamente e se constrói diacronicamente, acredito que esse procedimento metodológico de arrolar os fatos e confrontá-los cronologicamente, sem a exigência de atestados de nascimento ou de morte, é um modo de firmar, ou formar, a consciência da historicidade da língua.

Parece-me, aliás, que era o pensamento de Evanildo Bechara, como se pode depreender deste comentário, no início da tese, por ventura mais prudente e menos enfático do que minhas observações:

Acredito que nessa proposta possam existir ainda, como consequência, informações que nos dêem, de forma bastante precisa, uma ideia do estado da língua em diversos dos seus momentos históricos. (Bechara, 1985: 6)

Certo ecletismo, aqui e ali, de propostas que privilegiem fatos da história externa não fará mal, se, *mutatis mutandis*, entendido no bom sentido que lhe deu Coseriu ao interpretar superiormente esse aspecto da linguística latino-americana:

O que parece — e até é — ecletismo numa dada época, é também, numa perspectiva histórica mais ampla, abertura ideológica e antidogmatismo, não-limitação a uma única tradição. (Coseriu, 1976: 39)

Afinal, a história externa e a interna têm de estar associadas, sem o que não se pode entender a “história da língua como a história dos homens que falam”. (Silva Neto, 1979: 54)

Concluindo, quero dizer que no ecletismo (na interpretação coseriana) de meu feitio, tenho utilizado, no exercício docente de pós-graduação, tanto a tradicional *Gramática histórica*, de Ismael de Lima Coutinho, (situando-a criticamente no seu contexto linguístico), quanto a inovadora *História da língua portuguesa*, de Paul Teyssier, e as *Fases históricas da língua portuguesa* — esta não para discutir os complexos problemas de periodização, mas para comentar aquelas listas de balizadores linguísticos que, afinal, são as “informações”, referidas por Bechara que permitem fazer “uma ideia do estado da língua [escrita] em diversos dos seus momentos históricos”. Neste uso didático é um utilíssimo instrumento de trabalho, associado à indispensável leitura de textos. E não vejo conflitos incontornáveis nesse comportamento metodológico, porque todos esses grandes autores fazem linguística histórica *histórica*, e não *a-histórica*, — aquela que parte da lição dos textos das várias épocas. Creio, até, que o confronto dos fatos de diferentes períodos consolida a convicção da importância da perspectiva diacrônica.

Vejo, assim, nas *Fases históricas da língua portuguesa* o fruto maduro da leitura assídua de quem, desde os verdes anos, vem estudando a língua no seu percurso histórico — lição que sempre guardou de seu Mestre inesquecível, Manuel Said Ali Ida.

Referências bibliográficas

ALI, M. Said. *Prólogo da Lexeologia do português histórico*. 1.^a ed., 1921, reproduzido na *Gramática histórica da língua portuguesa*, 7.^a ed., Rio de Janeiro/ São Paulo: Livraria Acadêmica, Edições Melhoramentos, 1971.

- BECHARA, Evanildo. *Primeiros ensaios sobre língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1954.
- BECHARA, Evanildo. *M. Said Ali e sua contribuição para a Filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto de Educação do Estado da Guanabara, tese de concurso para professor catedrático, mimeo, 1962.
- BECHARA, Evanildo. *As fases históricas da língua portuguesa. Tentativa de proposta de nova periodização*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, tese de concurso para professor titular, mimeo, 1985.
- CAVALIERE, Ricardo Stavola. “Os primeiros ensaios de Evanildo Bechara”. In: BASTOS, Neusa Barbosa et alii (org.). *Homenagem: 80 anos de Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, 2008.
- COSERIU, Eugênio. “Perspectivas gerais”. In: NARO, Anthony Julius (org.). *Tendências atuais da Linguística e da Filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.
- MARTINS, Ana Maria. Mudança sintática e história da língua portuguesa. In: HEAD, Brian F. et alii (org.). *História da Língua e História da gramática. Actas do Encontro*. Minho: Universidade do Minho, 2002.
- SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: INL – Presença, 1979.
- TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa Editora, Trad. Celso Cunha, 1982.